

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2007/2008

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS000118/2008
DATA DE REGISTRO NO MTE: 14/05/2008
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR006100/2008
NÚMERO DO PROCESSO: 46271.000442/2008-22
DATA DO PROTOCOLO: 14/05/2008

SIND DOS TRABS NAS INDS DA CONSTR E DO MOB DE B GONCAL, CNPJ n. 89.340.533/0001-26, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). IVO VAILATTI, CPF n. 198.305.480-15;

E

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE MARMORES, GRANITOS E ROCHAS ORNAMENTAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 92.757.723/0001-58, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). PAULO ROBERTO TRAMONTINI, CPF n. 311.943.620-87;
celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2007 a 30 de abril de 2008 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **MÁRMORES, GRANITOS E SIMILARES**, com abrangência territorial em **Bento Gonçalves/RS, Cotiporã/RS, Dois Lajeados/RS, Fagundes Varela/RS, Guabiju/RS, Guaporé/RS, Monte Belo do Sul/RS, Nova Araçá/RS, Nova Bassano/RS, Nova Prata/RS, Parai/RS, Protásio Alves/RS, Santa Tereza/RS, São Jorge/RS, São Valentim do Sul/RS, União da Serra/RS, Veranópolis/RS, Vila Flores/RS e Vista Alegre do Prata/RS.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

A contar de 1º de maio de 2007, fica assegurado a todos os trabalhadores da categoria Salário Normativo de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais).

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Para o fim de recompor os salários da perda inflacionária do período revisando (01.05.2006 a 30.04.2007) as empresas concederão um reajuste salarial de 5,0% (cinco vírgula zero por cento), a contar de 1º de maio de 2007, incidindo sobre os salários devidos em maio de 2006, já corrigidos pela convenção coletiva de 2006.

Quanto aos trabalhadores com salário superior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), o reajuste será de 5% por cento) até o limite de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e para o valor acima do limite a correção será de 3,44% (três vírgula quarenta e quatro por cento). Exemplo para um trabalhador que percebe salário de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), calcula-se R\$ 2.000,00 x 5% = R\$ 100,00, e os demais R\$ 500,00 x 3,44% = R\$ 17,20, ficando o seu salário para maio/07 de R\$ 2.617,20 (dois mil, seiscentos e dezessete reais e centavos).

Aos trabalhadores admitidos após o mês de maio/2006 será adotada como índice de reajuste, o percento obtido no cálculo da proporção de 1/12 dos reajustes acima para cada mês trabalhado ou fração ou superior a 15 dias anteriores a presente data-base, conforme faixa salarial.

Os salários resultantes da aplicação dos índices previstos nesta cláusula servirão de base de cálculo para a aplicação de reajustes futuros, inclusive no que dirá respeito ao dissídio coletivo subsequente.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTOS DE DIFERENÇAS

As diferenças decorrentes da celebração da presente Convenção serão pagas até o 5º (quinto) dia do mês de agosto de 2007, sem correção monetária, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre a importância devidamente atualizada monetariamente.

As importâncias serão quitadas mediante demonstrativo no qual constarão discriminadamente as importâncias devidas, sob rubrica “diferenças de dissídio”, devendo a segunda via ficar com o empregado e a outra cópia ficará a disposição.

CLÁUSULA SEXTA - ENVELOPE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos empregados envelopes de pagamentos dos salários, com identificação da empresa, e a discriminação das parcelas pagas e dos descontos efetuado inclusive quando a pagamento for em parcela única (décimo terceiro) salário, adicionais, quinquênios e vales.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZOS PARA PAGAMENTO DO SALÁRIO

Estabelece-se multa de 1 (um) dia de salário por dia de atraso, em favor do empregado a ser pago pelo empregador que não efetuar o pagamento do salário nos prazos da Lei, limitada a multa ao valor principal.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA OITAVA - COMPENSAÇÃO

Serão compensadas todas as majorações salariais, antecipações e adiantamentos concedidos no período revisando, ressalvadas as hipóteses previstas no Inciso XXI da extinta Instrução Normativa nº. 04/95 do Tribunal Superior do Trabalho. Não haverá incidência da majoração ora estipulada sobre a remuneração em ordem variável, isto é, prêmios e comissões.

CLÁUSULA NONA - SERVIÇOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO

Os reajustes dos preços dos serviços de transporte e alimentação cobrados dos empregados serão efetuados no mês que o empregado obtiver reajuste salarial.

CLÁUSULA DÉCIMA - ADIANTAMENTOS

As empresas poderão descontar dos salários de seus empregados, adiantamentos de salários, vales, transporte, vale refeição, vale rancho, seguro de vida em grupo, sacola econômica, notas de fatura, venda de produtos pela própria empresa, mensalidade de fundação, associação ou clube esportivo, sindicato, promoções de produtos patrocinados por estas entidades, mediante autorização por escrito do funcionário, a qual poderá ser revogada a qualquer tempo, ressalvado o estabelecimento no artigo 5º da CLT.

Os vales, obrigatoriamente, deverão ser devolvidos aos empregados quando descontados, devendo os mesmos serem feitos em duas vias.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MENSALISTAS

As empresas pagarão aos empregados com regime de remuneração de "mensalistas" o valor equivalente a 1 (hum) dia de trabalho para cada mês com 31 (trinta e um) dias, sendo porém facultado à empresa a substituição do pagamento pela concessão de folgas, com igual número de dias, ou compensar através do Sistema de Banco de Horas, para esta compensação um dia 31 equivale a oito horas e quarenta e oito minutos.

A contagem de nº. de dias a serem pagos se fará conforme o nº. de meses com 31 (trinta e um) dias ocorridos durante o contrato de trabalho, desprezando os meses de janeiro e março de cada ano, os quais visam a compensar o mês de fevereiro.

Na hipótese da empresa optar pelo pagamento o mesmo deverá ser efetuado por ocasião da rescisão contratual ou até a data de 30/04/2008.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - HORAS-EXTRAS

As horas-extras subsequentes às duas primeiras, após a prorrogação para a compensação de jornada serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento), e as horas trabalhadas em domingos e feriados também serão pagas com o adicional de 100% (cem por cento).

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado à mesma empresa ou mesmo grupo de empresas empregado perceberá um adicional de 5% (cinco por cento) calculado e incidindo sobre seu salário básico, sendo o mesmo calculado à partir do mês em que completa o período, não sendo considerado para aquisição do direito, interrupção do contrato de trabalho ou à rescisão por período superior a 180 (cento e oitenta) dias. Esclarece-se que nos casos em que o empregado possuir mais de 1 (hum) quinquênio, a aplicação destes se fará através da soma aritmética percentuais.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno será remunerado com o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre a hora normal.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SÁBADOS EM DOBRO

Nos dias feriados que recaírem aos sábados, as empresas pagarão aos empregados as horas de uma jornada legal de trabalho, ou seja, 7,33 (sete vírgula trinta e três) horas normais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADICIONAL DE JAÚS

Aos empregados que exercem suas atividades em jaús suspensos ou locais perigosos similares acidentados, fica assegurada uma taxa de acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre o seu salário.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO ESCOLAR

As empresas, com o objetivo de incentivar a melhor formação dos seus empregados pagarão aos empregados estudantes o valor correspondente a 10% (dez por cento) do Salário Normativo, durante os doze meses do ano, abonando-lhes as faltas para a prestação de exames finais, se estes se realizarem total ou parcialmente no horário de trabalho mediante as seguintes condições:

- a) Prova de matrícula em estabelecimento oficial público ou privado;
- b) Efetiva frequência à escola durante o período escolar;
- c) Prova escrita da prestação de exame em horário conflitante, em 24 (vinte e quatro) horas.

Não integrará o salário, para qualquer efeito, o valor acima referido.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXÍLIO FUNERAL

As empresas pagarão um auxílio funeral equivalente a 2,5 (dois vírgula cinco) salários normativos, para a família do empregado que vier a falecer no curso da relação de emprego.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

A contratação a título de experiência não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, nem superior a 60 (sessenta) dias, sob pena de ser tido como inexistente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO DE TRABALHO

Quando da assinatura do Contrato de Trabalho por prazo determinado, as empresas fornecerão ao empregado a segunda via ou cópia do referido contrato, devidamente assinado, servindo a assinatura do empregado como contra-recibo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ANOTAÇÕES NA CTPS

As empresas deverão anotar na CTPS de seus empregados a efetiva função ou profissão que exerce na empresa, após comprovada habilidade.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independente do tempo de vigência, as empresas fornecerão aos empregados a segunda via, ou cópia do aviso prévio, e do recibo de quitação, sempre com a assinatura do empregado como contra-recibo.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO

No curso do aviso-prévio, dado pelo empregador, sempre que o empregado comprovar a obtenção de novo emprego, a empresa deverá dispensá-lo do cumprimento do restante do prazo do aviso prévio, desobrigando-se do pagamento do período não completado.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DESPESAS ADMISSIONAIS E DEMISSIONAIS

As empresas pagarão as despesas advindas com atestados médicos admissionais e demissionais.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Transferência setor/empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PRESTAÇÃO DE TRABALHO FORA DO LOCAL DA CONTRATAÇÃO

Para o trabalhador que for transferido do local de trabalho, ainda que dentro da mesma cidade e que onerado com o acréscimo de passagem, o valor correspondente será reembolsado pela empresa.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

A empregada gestante será garantida a estabilidade provisória desde o início de gestação e (sessenta) dias após o término da garantia estabelecida no Artigo 10, Inciso II, Alínea “E” das disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, ou seja, até 7 (sete) meses após o parto.

A vantagem de acréscimo de 60 (sessenta) dias à garantia Constitucional, somente será assegurada se a empregada avisar a empresa de seu estado gravídico até 60 (sessenta) dias após a sua dispensa.

A empregada gestante poderá renunciar ao acréscimo de sessenta dias na estabilidade, todavia, para tal renúncia deverá ser formalizada por escrito em documento que seja acompanhado da assinatura própria renunciante e da assinatura de um representante sindical, e reiterada por ocasião da homologação da rescisão contratual.

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE DO ALISTADO

Ao empregado alistado para o serviço militar será garantida a estabilidade de 30 (trinta) dias antes do ingresso ao serviço militar obrigatório.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - EXTRATO DO FGTS

As empresas comprometem-se a entregar a seus empregados os extratos do FGTS, salvo se as mesmas comprovarem ter fornecido a relação de endereços de seus empregados à Caixa Econômica Federal.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - MUDANÇA DE HORÁRIO

Se por conveniência de serviço, for determinado ao empregado jornada com carga horária inferior àquela originalmente contratada e cumprida, tal circunstância não prejudicará a sua remuneração, continuará a perceber a mesma de forma integral, ficando ainda assegurado ao empregado o direito de, a qualquer tempo, restabelecer o horário primitivo, sem acréscimo salarial desde que prorrogue o número de dias trabalhados durante a semana.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - BANCO DE HORAS

Fica instituído o Banco de Horas, que se regerá pelas seguintes regras:

Para as empresas e empregados que integram a categoria econômica e profissional representada pelos sindicatos acordantes, objetivando alcançar maior elasticidade de produção e evitar a dispensa de trabalhadores, é assegurado o direito de compensar as horas extraordinárias avançadas, através da majoração do horário diário, com a redução de horário futuro, e vice-versa;

A compensação de horas, sob o sistema de Banco de Horas, se fará na proporção de 1 (uma hora trabalhada por 1,33 horas (uma vírgula trinta e três = uma hora e vinte minutos) de folga, e vice-versa;

Não poderá ser ultrapassado o limite máximo de 44 (quarenta e quatro) horas mensais trabalhadas sob o sistema de Banco de Horas, sob pena das horas excedentes serem consideradas e pagas como horas extras, na forma e percentuais descritos no item 38.9.

Eventuais horas laboradas em dias de repouso semanal remunerado (domingos) e feriados não entrarão no sistema de Banco de Horas;

Não haverá redução de remuneração no período em que for reduzido o horário de trabalho (fórmula), assim como não haverá acréscimo de remuneração, quando forem elaboradas horas extraordinárias, sob o sistema de Banco de Horas;

As horas decorrentes do sistema Banco de Horas não poderão ser trocadas por férias, como também não poderá ser trocada pela cláusula 34 desta Convenção.

Mensalmente, até o dia 20 do mês subsequente será entregue ao empregado um demonstrativo padrão (igual em todas as empresas), no qual conste as horas laboradas e folgadas, no mês anterior, sob o sistema Banco de Horas;

Por ocasião da implantação do sistema Banco de Horas pela empresa, necessariamente, esta deve obter a ciência dos seus obreiros quanto ao sistema adotado através de documento escrito, no qual estes manifestem sua concordância ou oposição, ficando assegurado que em caso de concordância será garantida a maior flexibilidade na compensação de horário para os obreiros que tiverem compromissos pessoais coincidentes com os horários compensados.

As cláusulas atinentes ao sistema Banco de Horas terão validade de 01 de maio de 2007, e vigorarão imperitivelmente, até 30 de junho de 2008, sendo que as horas do banco serão acumuladas de 01/05/2007 a 30/04/2008 e a sua compensação será até 30/06/2008, após o qual a empresa ficará obrigada a pagar as horas trabalhadas e não compensadas com o devido adicional estabelecido neste documento (adicional de 50% para 60% das horas e adicional de 100% para os 40% remanescentes das horas), para os casos que precedeu a majoração de horário, e ficando impedida de compensar as folgas concedidas, para os

em que precedeu a redução do horário, sempre sem prejuízo do adicional noturno;

Caso a rescisão contratual do empregado ocorra antes de 30 de junho/2008, a empresa obrigada a promover a compensação das horas até a referida rescisão contratual, observando o critério estabelecido no item anterior. De qualquer sorte, fica ajustada a proibição de realização de compensação de horas sob o sistema Banco de Horas, no período de 30 (trinta) dias anterior à concessão do aviso prévio pelo empregador, sob pena da empresa ser obrigada a pagar em dobro as horas compensadas no período (tanto as trabalhadas como as folgadas), acrescidas dos adicionais estabelecidos nesta cláusula.

As partes ajustam que a contar de 01 de maio de 2005 não será adotado qualquer outro sistema de compensação de horário que não esteja previsto na presente cláusula ou convênio coletivo. Qualquer outra forma de compensação, mesmo que autorizada pelos representantes dos trabalhadores, não terá validade, e as horas correspondentes deverão ser pagas como extras.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

Estabelecem as partes, para vigorar mesmo em atividades consideradas insalubres, o regime de trabalho aos sábados, com a conseqüente diluição das respectivas horas nos demais cinco dias da semana, ficando, portanto, autorizada a carga horária diária de 8 horas e 48 minutos, com a compensação estipulada. A faculdade outorgada às empresas se restringe ao direito de estabelecer o regime de compensação de horário. Uma vez estabelecido, não poderão suprimi-lo sem a concordância expressa do empregado.

Controle da Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONFERÊNCIA DO CARTÃO PUNTO

No final de cada mês e antes do pagamento, o empregado poderá ficar de posse de seu cartão ponto, por um dia, para conferência, devolvendo-o no dia seguinte, com seu visto de conformidade, caso se encontre correto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - FALTA JUSTIFICADA EM CASO DE INTERNAÇÃO

Não será considerada falta ao serviço, quando a mãe ou o pai levar seu filho de até 6 (seis) meses de idade para ser internado, desde que comprove a internação.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - HORÁRIO DE AMAMENTAÇÃO

O horário de amamentação, ou seja, meia hora por turno de serviço, poderá ser convertido em um dia inteiro, sendo concedida no início ou término da jornada, à livre escolha da trabalhadora.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - EXCLUSÃO DE MINUTOS

Excluem-se da contagem de horas extras os 10 minutos que antecedem os turnos da jornada de trabalho desde que não excedido esse limite e desde que não tenha havido efetivo labor no período.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DIAS ÚTEIS EM CASO DE FALCIMENTO

A contagem do número de dias referidos no inciso I, do artigo 473 da CLT, far-se-á considerandão somente os dias úteis trabalhados de segunda à sexta-feira (2 dias úteis em caso de falecimento).

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CONCESSÃO DE FÉRIAS

As férias concedidas aos empregados não poderão ter como termo inicial quintas e sextas-feiras.

Remuneração de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - PAGAMENTO DE FÉRIAS

Aos empregados que permanecerem em férias no dia 25 (vinte e cinco) de dezembro e 1 (primeiro) de janeiro do ano subsequente terão direito ao acréscimo de um dia útil nas mesmas ou a pagamento do valor equivalente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

O empregado que se demite antes de completar 12 meses de serviço tem direito a férias proporcionais.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Equipamentos de Segurança

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - EPIS

Os uniformes, EPIs, e equipamentos de segurança, quando exigidos pelo empregador, serão fornecidos sem ônus para o trabalhador.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - RELAÇÃO DA CIPA

As empresas são obrigadas a remeter ao sindicato dos Trabalhadores a relação dos membros eleitos para a Direção da CIPA, tanto os efetivos como os suplentes, bem como o calendário anual das reuniões.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADOS MÉDICOS E

ODONTOLÓGICOS

Os atestados médicos e odontológicos, serão aceitos quando emitidos pelos profissionais credenciado Sindicato dos Trabalhadores e pela Previdência Social. Os profissionais credenciados pelo Sin fornecerão tais atestados com carimbo, CRM ou CRO e assinatura.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - QUADRO DE AVISOS

As empresas designarão um local acessível aos empregados para a fixação de convocações de avisos emitidos pelo Sindicato dos Trabalhadores, com data, hora e local.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - HORAS EXTRAS EM DATAS DE ASSEMBLÉIAS

As empresas não poderão exigir que sejam realizadas horas extras nos dias de assembléia da categoria para todos os empregados, como também não poderão exigir horas extras aos empregados que estejam freqüentando círculos de estudos.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADE DO SINDICATO

As empresas, através de seus representantes do Departamento de Pessoal, deverão providenciar que as mensalidades dos Associados do Sindicato dos Trabalhadores fiquem a disposição deste, entre o sexto dia útil até o dia 10 (dez) de cada mês em curso. Caso isto não ocorra, incidirá multa de 10% (por cento), e o Sindicato se obrigará a entregar os recibos das mensalidades com antecedência de 30 (dias do pagamento).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As empresas fornecerão ao Sindicato Profissional a relação nominal de empregados, constando valores devidos, quando do recolhimento das contribuições ao Sindicato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

A Contribuição Assistencial e para manutenção do Sindicato, devida pelos empregados, sindicalizados e não sindicalizados, atingidos ou não pela presente Convenção Coletiva, ao Sindicato Suscitante, correspondente a 12% (doze por cento), incidindo sobre o salário dos empregados, da seguinte maneira: 3% (três por cento) sobre o salário percebido no mês de julho de 2007; 3% (três por cento) sobre o salário percebido no mês de setembro de 2007; e 3% (três por cento) sobre o salário percebido no mês de novembro de 2007; e 3% (três por cento) sobre o salário percebido no mês de janeiro de 2008.

percebido no mês de dezembro de 2007. Fica estabelecido como teto máximo de recolhimento cada trabalhador, em cada parcela, o valor de R\$ 60,00.

As importâncias acima serão compensadas com as importâncias recolhidas a título de contribuição Confederativa, eventualmente descontada dos empregados.

As importâncias acima serão descontadas pelas empresas, da folha de pagamento dos empregados e recolhidas aos cofres do Sindicato Suscitante até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

O recolhimento após os prazos acima estabelecidos, sujeitarão a empresa devedora, nos casos que não efetuou o desconto da contribuição por mera liberalidade e nos casos em que descontado e não recolhido ao Suscitante, a multa de 30% (trinta por cento), mais correção monetária e juros de 3% (três por cento) ao mês.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA SINDICAL

É obrigatória a Assistência Sindical às rescisões dos empregados com mais de 6 (seis) meses e menos (um) ano de serviço na empresa, sob pena de nulidade de rescisão.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - COMPETÊNCIA

É competente a Justiça do Trabalho para dirimir as divergências decorrentes da presente Convenção Coletiva.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONSTANTES NA PRESENTE CONVENÇÃO

Fica estabelecido uma multa equivalente a 15% (quinze por cento) do Salário normativo da Categoria, em vigor na data da notificação, por empregado atingido pela infração, se a empresa em 10 (dez) dias não cumprir as determinações contidas na presente Convenção.

O valor oriundo da presente multa reverterá aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores.

IVO VAILATTI
Presidente

SIND DOS TRABS NAS INDS DA CONSTR E DO MOB DE B GONCAL

PAULO ROBERTO TRAMONTINI
Procurador
SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE MARMORES, GRANITOS E ROCHAS
ORNAMENTAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .